

O CORPO VIVO DA HISTÓRIA: TORTURA E FEMINIZAÇÃO DOS CORPOS A PARTIR DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

[THE LIVING BODY OF HISTORY: TORTURE AND
FEMINIZATION OF FROM THE PERSPECTIVE OF THE
BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP]

ANA KIFFER¹

ORCID 0000-0003-3382-9926

Universidade – cidade, estado, país

Resumo: Este texto busca através dos relatos de presas políticas na ditadura civil-militar brasileira, e de arquivos e experiências pessoais, entender como os dispositivos de tortura redesenharam corpos feminizados, e a erotização e a subalternização que daí decorrem delineando-as.

Palavras-Chave: corpos feminizados; dor; inconsciente colonial; ditadura; tortura

Abstract: This text is based on the reports of political prisoners, and on personal files, seeking to understand how torture practices during the Brazilian civil-military dictatorship may have redesigned feminized bodies and how the eroticization and subalternization that result from them may have occurred.

Keywords: feminized bodies; pain; colonial unconscious; dictatorship; torture

Premissas

Buscar compreender como os dispositivos de tortura consolidaram ou redesenharam uma certa feminização dos corpos buscando subalternizá-los através do próprio erotismo, unindo doravante a potência erótica da vida à mortificação dos corpos é uma tarefa dolorosa. Ler os relatos diretos e crus sobre o trabalho da dor e da violência nos corpos torturados pressupõe, de algum modo, colocar o seu próprio corpo nessa zona de vulnerabilidade comum. Afinal, qual corpo feminizado não viveu algum tipo de violência atrelada ao erotismo?

Para mim, a pergunta guia de todas as questões sobre as quais me detenho a pensar ou a pesquisar, buscando auscultá-las crítica e corporalmente, parte sempre do desejo de entender onde estamos hoje, e aqui. Meu olhar para o passado exercita-se, por conseguinte, sobre um duplo viés: por um lado, busco pensar de que maneira estou nele implicada, num certo “ainda” que subjaz em nossos próprios corpos. Por outro lado, busco compreender como colocar o dedo nas feridas do passado não se restringe apenas ao processo (importantíssimo) de conhecimento do mesmo. Aí também creio haver algo vivo e presente, um outro tipo de “ainda”, diferente da continuidade do tempo que insiste em fazer do passado o presente. Algo talvez prenhe daquilo que, dilatando o tempo linear, crie nele os espaços das memórias de muitos corpos. Espaços que resistem à narrativa, furtando-se muitas vezes ao dizer, ou dele escapando, mas que

subsistem como uma espécie de vida corporal da própria história: “A dor não é simplesmente o efeito da história do dano: ela é a vida corporal dessa história”¹ (AHMED, 2015, p. 68).

Imaginem então, a partir dessa sugestão de Sarah Ahmed, uma dor extensiva a muitos corpos, todos eles vivendo-a ao mesmo tempo essa dor, num espaço subterrâneo, os porões da tortura, escondidos, e simultaneamente à espreita, à luz do dia, em todo e qualquer lugar, e tudo isso posto sob um tempo longo, muito longo. Essa é a vida corporal de uma história comum, que independente de nos atingir pessoalmente, configura, sob o aspecto corpóreo-coletivo um “todos nós”. Essa história é cheia de sujeitas próprias e ao mesmo tempo anônimas, são elas que habitarão este texto.

Escrevo, portanto, entre esses dois marcos: o do meu corpo implicado no passado, em muitos de seus traços ainda hoje presentes, e o dos espaços das memórias dos corpos comuns como campo aberto para a vida corporal da nossa própria história. Esse campo se tece a partir de múltiplas vozes que aqui inscrevem a sua dor.

Esses dois marcos entrecruzam-se, posto que voltar aos relatos de mulheres torturadas na ditadura civil-militar brasileira, obtidos através do extenso trabalho da Comissão Nacional da Verdade² é voltar, em parte, ao corpo da minha mãe, hoje já falecida,

¹ “El dolor no es simplemente el efecto de una historia de daño: es la vida corporal de esa historia”.

² Dividido em 5 partes (mais os anexos) e em dezoito capítulos, o texto final da CNV pode ser acessado através http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571 deste link: (última visita em 8/11/21). Ao longo deste texto me detive no “Capítulo 10 - Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”.

mas que, em dezembro de 1968 foi presa, grávida de seis meses desta que aqui escreve. Volto, de certo modo, ao meu próprio corpo imemorial, esse fetobebê de seis meses, que dentro de sua barriga decerto experimentou dores e sensações que eu mesma nunca poderei acessar, permanecendo nesse solo do desconhecido, como quiçá um gatilho do corpo, nunca passível de ser lembrado.

Diante da dor, e também desse solo do desconhecido buscarei tecer, com múltiplas vozes, e diferentes corpos, esse corpo vivo da história. Ouvindo as mulheres que, diferentes de minha mãe, tiveram a oportunidade de arrebentar as correntes do silêncio e a clausura do medo, e contar – num espaço público e instituído – as dores vividas na prisão e os crimes de tortura que, embaralhados, retraçam os contornos de um corpo vivo da história.

Sob esse prisma as vozes das mulheres aqui citadas não comparecem, como era o caso necessário, diante da CNV, enquanto depoimentos, buscando de algum modo dar testemunho e visando alguma ideia de justiça diante do passado. Aqui, viso através do passado dar novos contornos ao presente, encontrar brechas, desejar caminhos. Logo, suas vozes habitam o texto como esses traços da memória corporal da história, que permitem reabrir histórias anteriores e analisar seus padrões de repetição naquilo que tange ao exercício do poder sobre os corpos feminizados. Além disso, essas vozes oferecerem um tecido, quiçá uma outra membrana, onde posso pousar o corpo imemorial da minha própria história que, tenho certeza, está longe de ser só minha.

Esse emaranhado entre um exercício crítico destinado a pensar os corpos e os afetos no interior de uma relação de extrema violência (prisão sem processo e tortura), através de fontes históricas que recolheram o depoimento, em caráter instituído e, logo de direito, das experiências das presas políticas pela ditadura civil-militar brasileira, e os vestígios deixados pela minha própria mãe, entre relatos e afetos, além dos traços de um vivido para mim imemorial, desenham os caminhos deste texto. Nesse sentido, abraçar esse emaranhado é também uma maneira de abordar o conhecimento não apenas em seu caráter crítico, mas também clínico. Como ato de tomar em mãos um caminho, entendendo que conhecer tem consequências, altera rumos, curvas e quebradas das vidas individuais e coletiva. Em um momento de baixa mundial no valor do conhecimento precisamos de novo injetar no seio dele mesmo a experiência que o constitui, mas, e sobretudo, as consequências que ele é capaz de engendrar. Sob esse prisma, se entende também que é sempre no caminho por onde as vidas se refazem. E que narrar é traçar um caminho, que pode ter ele mesmo o efeito de dar caminho àquele narra, e, com sorte, àquele que lê.

Não podemos esquecer tampouco que compreender e atravessar histórias de torturas das mulheres é olhar para um olho que ainda nos espreita. É buscar pensar sobre um modo de relação que se estabelece entre o poder e os corpos feminizados no Brasil de forma longa e duradoura. E que buscar alguns de seus tentáculos no passado, desde o mais remoto, na máquina da matriz colonial do Sul Global,

como na recente ditadura civil-militar, é também, e inevitavelmente, desejar construir ferramentas para enfrentar o nosso agora.

Olhar para o estado de violência latente e manifesta contra os corpos feminizados no Brasil de hoje impõe perceber a sua linha contínua, nunca de todo revelada, e pouco reconhecida como fonte de transformação e não apenas de perpetuação do passado. Um imenso “nunca deixou de existir” vem marcando as maiores feridas da sociedade brasileira. Hoje, ultrapassamos um outro limite, e vivemos, para além da permanência e da existência da violência como um dos eixos organizadores do Estado e do tecido social brasileiros, a autorizada e desejada celebração dessa mesma violência (VERGÈS, 2020, p. 13). A verve autoritária da nossa sociedade vem caracterizando a repetição não apenas de formas arcaicas de poder, mas também de modos de relação extremamente penosos, prenes de silenciamento, de experiências cotidianas de opressão, de não direito à existência, corroborando um certo fatalismo, como se “tudo por aqui não tivesse mesmo jeito”. Outras vezes nos sentimos como vítimas inevitáveis dessa trama, impedindo que possamos ser responsáveis e agir sobre ela. O poder é tão autoritário entre nós, criando verdadeiros estados de dominação permanentes, que a maior parte se sente de fato alijada da possibilidade decisória, logo da compreensão de que as nossas ações possam ter alcance e consequência. O contínuo e longo silenciamento dos corpos feminizados e subalternizados também indica que a palavra vale pouco ou nada entre nós. Criando uma espécie de

espiral auto desvalorizadora que é corroborada pelo modo como a estrutura autoritária do poder cala os seus, mas também se cala ela mesma quando se trata de dialogar com outras nações. Se entendemos com Vergès (2020, p. 35) que a feminização dos corpos é um dispositivo de vulnerabilização dos mesmos para maior eficácia do seu abate, perceberemos que, no nosso caso, os corpos feminizados se estendem, para além da lista dos corpos das mulheres, crianças, idosos, *queers*, ao procedimento de racialização dos corpos como parte fundante de sua feminização, para chegar ao próprio corpo nacional. Segundo Ahmed, “o corpo nacional brando é um corpo feminizado onde penetram ou invadem outros corpos” (AHMED, 2015, p. 22). Essa matriz cria uma trama onde, por um lado, os corpos feminizados são internamente tratados sob o jugo de uma extrema violência, e por outro lado, esse mesmo poder que feminiza e violenta os seus corpos internos para o abate ou descarte, feminiza o próprio corpo da nação. Fazendo com que os seus contornos territoriais sejam alicerçados sob a base da mesma violência que imputa internamente a alguns corpos. Logo, uma espécie de impossibilidade radical de respeito, apreço e valorização dos corpos feminizados projeta-se também nos nossos modos de relação com o país. Criando um beco sem saída onde a masculinização, a virilidade e a dominação se mostram como a única via para povoar o imaginário do poder e de seus agentes.

Esse emaranhado precisa ser melhor pensado, não apenas sob a perspectiva sociológica ou estrutural. Mas sob o prisma dos modos de relação –

da história das emoções e dos afetos como parte fundante do corpo vivo da história.

O corpo vivo da história: a dor

É curioso notar como a matriz da abjeção remonta, na tradição judaico-cristã, à ideia do sangue materno sobre o corpo do recém-nascido (KRISTEVA, 1980), tingindo todo ideal de pureza que deveria ser almejado pelo corpo da mulher. Tal matriz destinou ao corpo feminizado esse lugar limítrofe, mais próximo ao real e ao obscuro dos corpos, seus ocos e profundezas, do que àquilo que a figura do pai, como lei, linguagem e estrutura simbólica oferecerá como contorno (e corte) do que deverá ser introjetado e do que deverá ser expelido pelo corpus mesmo da cultura ocidental. Da matriz religiosa judaico-cristã à teoria psicanalítica, o corpo da mulher ficou destinado a esse espaço sem lei, sem língua, espaço das misturas, e muitas vezes da abjeção. Sua proximidade ao sangue e às impurezas o localizou nas cercanias da animalidade. Tornando necessário não apenas a dominação e o subjugo da desordem, mas a atualização permanente dos diferentes rituais de “purificação” e dos ideais de limpeza desses corpos. Sua associação ao sem limite, às figuras fusionais, atribuídas também pelo mistério da gestação em seu corpo de um outro corpo, vem sistematicamente fazendo com que os atributos dos corpos feminizados sejam apartados de tudo aquilo que se ergue como legislação, ordem, organização, enfim, o poder. É preciso notar que essas matrizes da

própria cultura ocidental foram construídas através de um olhar e narrativas masculinas, era como o homem podia descrever o desconhecido e a diferença daquilo que não era o seu próprio semblante e corpo. Até para essa diferença, buscando aliviá-la ou escamoteá-la, o homem criou um outro mito fundacional, onde o corpo da mulher deriva de uma parte, bem específica, de seu próprio corpo.

A partir daí não foram poucas as metáforas eróticas e o imaginário do poder masculino que se nutriram da ideia de dissolução dos corpos feminizados, que retornam à sua matriz originária – o corpo masculino (KIFFER, 2021, p. 27-34).³

Revisitar essas matrizes e mitologias do Ocidente, ou mesmo rever como elas produziram efeitos no campo do conhecimento, que nos são ainda muito próximos, é apenas uma das linhas que buscam desenhar os contornos do inconsciente colonial. O período histórico das grandes navegações e “conquistas” (leia-se dominações) ultramarinas do Ocidente é definidor não apenas da história dos territórios anexados, mas também da própria máquina que produzirá, na engrenagem dessa empreitada duradoura e cruel, o desenho mesmo daquilo que, em nos separando, em nos triando, em nos expelindo para fora ou para as bordas do sistema simbólico da civilização, fingiu nos unir ao grande projeto civilizacional do Ocidente.

³ Veja, por exemplo, como Georges Bataille, pensador fundamental do erotismo para a modernidade ocidental refere-se ao processo de fusão entre os corpos, tendo como base esse tecido hétero cis patriarcal do Ocidente: “[...] a parte masculina tem, em princípio, um papel ativo, enquanto a parte feminina é passiva. É essencialmente a parte feminina, passiva, que é dissolvida enquanto ser constituído” (BATAILLE, 1987, p. 17).

O próprio conceito de inconsciente é efeito dessa história: da guerra, da escravatura, da conquista e da dominação de corpos e territórios, entendidos como processo civilizacional, como pacto e laço social capaz de dar destino ao caos do funcionamento do desejo e dos instintos daquilo que se considerava não civilizado. Sob esse prisma é sempre necessário reler a noção mesma de inconsciente, seja em sua tópica econômica como espaço pulsional, ou em suas figuras do recalque buscando compreender as relações que esse desenho genial da sexualidade, do desejo e do inconsciente entretém com a máquina colonial. Dito de outro modo: o inconsciente, tal qual postulado por e a partir da psicanálise necessita ser entendido também através dos modos que lhe impuseram a racialização dos corpos no seio dessa equação entre desejo e gozo, pulsão e recalque. O trabalho de Frantz Fanon (2011) é pioneiro nessa empreitada, cujas trilhas nutrem de forma central o projeto crítico de Achille Mbembe (2016, 2020) na contemporaneidade, que aqui aparecerá como subsolo de muitas das hipóteses que reunimos como modo de relação do poder com o gozo erótico dos corpos por ele mesmo assim feminizados.

Deve-se sempre assinalar que foi a estrutura colonial em sua tríade – colonização, escravização e *apartheid* – que permitiu e criou o gesto e a ideia do delinear detalhado do humano não civilizado, assim como a autorização “legal ou justificada” do usufruto de seu corpo, esse outro. Fazendo da existência da escravização longa e duradoura das pessoas negras ou indígenas, numa escala planetária, a base mesma do

edifício civilizacional que se ergueu. Por outro lado, ela permitiu espreitar o gozo (MBEMBE, 2020, p. 107) – com o corpo desse outro, com a terra do outro, com as riquezas do outro. Esse outro, assim instituído no lugar limítrofe, já ocupado anteriormente pelos corpos bárbaros, e sempre pelos corpos feminizados, torna-se ele mesmo a própria base da máquina civilizatória, de onde ergue-se, por contraste e separação radical, o homem ocidental. Sendo assim, poderíamos dizer que todo inconsciente, que emerge por um lado questionando, e por outro assentado sobre essa linha divisória dos marcos civilizacionais – centrados na família patriarcal e branca – deriva da estrutura de um inconsciente colonial. Dependente dos regimes permanentes dos espaços de gozo e de submissão do outro, e fragilmente alojados em laços sociais precários face à força do desejo e da economia pulsional. Olhar para o inconsciente como um braço da máquina colonial é também colocar o foco em como as tramas, solidamente afetivas e desejantes, estabelecem as suas redes de poder sobre os corpos. Mas é também atrelar a máquina colonial, o sistema das plantações, e os processos de subalternização e segregação das pessoas negras e da população ameríndia desse país a uma temporalidade que, não sendo apenas histórica, subsiste, nessa espécie de corpo vivo da história da dor e do poder orgástico dos prazeres extremos. Tal inconsciente está calcado na “técnica da gestão heterossexual dos corpos subalternos, [...] considerados tanto como objetos quanto como patológicos” (MBEMBE, 2020, p. 104),

cujas palavras e histórias impedidas, apagadas ou silenciadas ainda hoje buscam caminhos.

A ideia mesma da dor vem sendo historicamente entendida como um atributo dos corpos feminizados e subalternizados, ou como uma história ou acontecimento que pertence exclusivamente ao âmbito privado. Segundo Ahmed:

A linguagem da dor opera através de signos que relatam histórias que incluem feridas aos corpos, ao mesmo tempo em que ocultam a presença ou o “trabalho” dos outros corpos.⁴ (AHMED, 2015, p. 48)

Essa ocultação do “trabalho” dos outros corpos sobre o corpo que sofre a dor vem apartando a sua inserção no âmbito público. Sua vivência estabelecendo-se como sendo apenas da ordem de um corpo individual (feminizado e racializado), condena as cenas da dor ao espaço do sem testemunhas. Seu apagamento público e histórico acaba por perpetrar a impossibilidade mesma de que outras linguagens e sentidos para a dor estabeleçam-se no espaço comum. Além, obviamente, de reafirmar o pacto do silenciamento, essa ocultação promove aos atores da dor a possibilidade de uma ação sem consequências, de um “trabalho” sem rastros, que, como sabemos, está na base dos processos e procedimentos coloniais.

Esse imaginário corpóreo e afetivo da dor como acontecimento privado pode hoje, no entanto, ser tomado pela outra ponta do seu rabo. Isso porque, desfazendo-se dos sentidos de passividade que buscaram encerrar a dor em seu silêncio feminizado, podemos observar que a vivência da dor é uma força

⁴ “El lenguaje del dolor opera a través de signos que relatan historias que incluyen heridas a los cuerpos, al mismo tiempo que ocultan la presencia o ‘trabajo’ de otros cuerpos”.

ativa que permite ao corpo que a vive delimitar o seu próprio contorno e território, separando-se, e agora já não apenas ocultando-lhes, dos corpos que lhe imputam a dor. Essa relação entre dor ativa e contorno do próprio corpo é fundamental para retirá-la dos processos de dissolução, vulnerabilização e abate dos corpos feminizados e subalternizados:

Se a dor não é só um efeito do dano experimentado pelo corpo, então como podemos entender a dor? [...] A afetividade da dor é crucial para a formação do corpo como uma entidade viva. [...] Através das experiências sensoriais da dor chegamos a sentir nossa pele como uma superfície corpórea, como algo que nos mantém separados do outro, e como algo que media a relação entre o interno e o externo, ou entre o dentro e o fora.⁵ (AHMED, 2015, p. 52-53)

Ao contrário do abjeto corpo das misturas ou do dissoluto corpo fusional, o corpo feminizado pode, através da dor, separar-se dos outros corpos, logo existir. Essa existência ativa da dor retira-a também dos processos de vitimação, impelindo o corpo vivo da história buscar os rastos apagados pelos e dos “trabalhadores” da dor. Esses rastos não se restringem aos nomes, tampouco aos processos condenatórios desses trabalhadores da dor, mesmo que também. Aqui, no entanto, os rastos dos trabalhadores da dor interessam como linhas que dão contorno, traçam moldando, um modo de relação (de trabalho) que permanece feminizando os corpos numa única direção. No nosso caso essa direção se repete e se prolonga no próprio corpo feminizado da nação.

⁵ “Si el dolor no es solo un efecto del daño experimentado por el cuerpo, entonces ¿cómo podemos entender el dolor? [...] La afectividad del dolor es crucial para la formación del cuerpo como una entidad tanto material como vivida. [...] Atraves de experiencias sensoriales como el dolor llegamos a sentir nuestra piel como una superficie corpórea (véase Prosser. 1998, p. 43), como algo que nos mantiene separados de los otros, y como algo que "media" la relación entre lo interno y lo externo, o el adentro y el afuera”.

Abordar os relatos de algumas mulheres torturadas durante a ditadura civil-militar brasileira interessada em redesenhar os contornos dos corpos feminizados operados pelos trabalhadores da dor, e buscar entender o processo de feminização dos corpos através do “trabalho da dor” deve ser entendido como o deflagrar de um dispositivo. Deflagrar esse dispositivo é um modo de colocar a máquina numa posição onde ela possa ser quebrada, ou ao menos que alguns de seus fios condutores possam ser interrompidos. O próprio relato é visto aqui como rasto: uma narrativa que ao narrar oblitera os fios condutores outrora delineados, ou inseridos no corpo vivo da história, pelo trabalho da dor. O testemunho (como alguém capaz de dar a ver o trabalho e o trabalhador da dor, e não apenas a dor sentida e privada no corpo torturado), antes ocultado da cena agora insurge na figura mesma do narrar (escrever, dizer, relatar)⁶ e, logo, como caminho de separação desse corpo do outro – no caso o corpo do torturador.

Decerto essa forma de leitura implica numa apropriação menos histórica do período, buscando nos relatos a ativação de um corpo ainda vivo. Também, é preciso dizê-lo, ler a história dessas mulheres é um modo de reescrever parte de minha própria história, de povoar de memória o meu imemorial. Essa teia afetiva não apaga, no entanto, os grandes marcadores temporais e históricos, tampouco desconsidera o cenário de injustiça que paira ainda hoje no Brasil, quando nos referimos aos crimes da

⁶ Neste texto interessa menos uma exegese desses diferentes modos de inscrição do discurso da dor das corpos feminizadas, do que a função e os efeitos que tal discurso opera e abre.

ditadura civil-militar, e aos efeitos perversos de uma anistia geral e irrestrita.

As vozes delas:

É curioso notar que as dores que subsistem nos mais diferentes relatos feitos pelas mulheres torturadas à CNV indicam um conjunto repetido de atributos dos corpos feminizados pelos olhos e ações da tortura e do torturador. Alguns mitos da abjeção se reatualizam, mostrando que os tentáculos do inconsciente colonial são mais duradouros e densos do que podemos imaginar:

Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha muita, muita, muita dor no pescoço, quando a gente sofreu choque, a gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado, mas enfim. Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda. (FAVERO, I. depoimento à CNV, em 27 de abril de 2013, Capítulo 10 do texto da CNV)⁷.

O sangue da menstruação, ou, pior, o do aborto causado pela tortura, são rastros do trabalho que o torturador opera para feminizar de uma certa maneira o corpo torturado. Eles reaparecem como indícios do corpo impuro da mulher e apagam por completo a sujeira gerada pela tortura. A própria sujeira do corpo torturado torna-se, numa espiral de dor, a razão para que ele seja ainda mais torturado. Os rastros daquele que executa o trabalho da dor, e logo que delineia os modos de sua entrada, inscrição, motivação e os

⁷ Todos os trechos que serão aqui citados encontram-se no Capítulo 10 do texto final da CNV disponível no *link* já mencionado na nota de rodapé anterior.

enlaces entre o momento da dor e a palavra que a acompanha, inscrita também no corpo da mulher torturada são inteiramente apagados, como se invisíveis fossem. E o corpo da mulher torna-se assim responsável pela própria tortura a ele infringida. Não há tortura maior do que essa – que vem perpetrando-se do gesto mais brutal ao mais sutil, encerrando os corpos feminizados como culpados, *a priori*, pela dor e violência que lhes é infringida pelo outro.

Vemos aqui a repetição da experiência do afeto da dor como definida pelo espaço e pela máquina colonial, onde a dor deve ser vivida como correção de um corpo, sua única possibilidade de ascensão ao círculo do “ser humano”: a ideia mesma de que a punição, e as violências da escravização ou da catequização operam em nome do bem civilizatório. E que inventando um novo corpo, essa máquina se permite, em nome desse bem, até mesmo liquidar o corpo ali outrora vivente.

Além disso, a dor difusa da tortura – “eu não sabia mais onde doía, o que doía em todo lado” – invade o corpo, impedindo que a sua localização propicie a possibilidade de se apropriar da própria dor, e logo de se separar do corpo do torturador:

Veio um enfermeiro logo depois, pra me dar uma injeção pra cortar o leite. Porque esse Tralli [torturador] dizia que o leite atrapalhava ele. Então, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite, você está ligada com o seu filho, não? Me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, briguei e tal, empurrei, aquela coisa. [...] Ele me pegou à força deu a injeção aqui na frente, na frente da coxa. [...] Depois que ele me falou: “Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho”. Realmente, acabou o leite. (NOGUEIRA, Rose, CNV, em 27 de abril de 2013. Arquivo CNV,00092.000088).

Nota-se a impossibilidade de relação com qualquer outro corpo que não o do torturador, e logo o caráter não apenas punitivo, mas formativo que

deve adquirir esse “novo corpo” da mulher depois da tortura. Toda a linguagem e a prática da tortura de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira visava um modo de erotização de seus corpos: fazendo com que o corpo ali criado-feminizado pela tortura respondesse a um padrão de submissão total e exclusiva ao corpo masculino – “Cortar esse leitinho aí, tirar esse leitinho” é uma frase ambígua e erótica. Eu – torturador – tiro para mim esse “leitinho”. O diminutivo – “leitinho” – erotiza o seio da mulher torturada para usufruto exclusivo do torturador. Diferente das torturas sobre os corpos masculinos, os órgãos sexuais femininos não são apenas lugares de produção de dor e de punição, menosprezo e gozo sádico, mas numa associação indelével e paradoxal eles erotizam (logo desejam) e punem ao mesmo tempo. Como se o corpo feminizado estivesse de antemão sendo formado para o uso doravante de um prazer orgástico do outro: “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta” (FÁVERO, Izabel. Depoimento à CNV, em 27 de abril de 2013. Arquivo CNV).

A erotização operada pelo trabalho de feminização dos corpos feminizados torturados não poderia se restringir apenas ao concreto do que se diz ser o corpo. Todo um imaginário da sexualidade, tentáculos da vivência do corpo em sociedade, são ali utilizados para a dominação. As marcas indeléveis da tortura sempre se fizeram na junção desses regimes que chamamos de psicológico e de físico. O corpo feminizado para ser matável tem que não apenas viver

a dor física de sua submissão, mas, e sobretudo, carregar consigo essa repetição psíquica de que, mesmo sobrevivendo, ele será sempre um corpo submisso e matável.

A associação entre educação-família-vadiagem-falta de caráter e desejo político entrelaçam doravante, no seio da sociedade brasileira, o desejo de justiça social, poderia se dizer o desejo do político por excelência, à perversão ou desvio sexual. O trabalho sexual – visto como corpo descartável em si – atrela-se ao trabalho político. Não é apenas o moralismo que paira sobre essa frase, é mesmo um modo de ser político do corpo feminizado: “vadia”! A vida da mulher e da política, e ainda mais essa junção entre os termos, dificilmente serão respeitadas no Brasil:

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. Eu desmaiei. Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era... Da vagina, sangrava. Nariz, boca... E eu estava muito, muito mal. Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. (KEILT, Karen. Arquivo CNV, 00092.000107/2014-80)

A tortura com seus dispositivos – o choque, o pau de arara, os banhos frios, o cassetete, socos, tapas, entre outros – nunca foi suficiente quando se trata de feminizar os corpos. A violência só se consuma quando é, de diferentes formas, atravessada pela disponibilidade total para erotizar o corpo torturado-feminizado. Neste caso, o estupro é acompanhado pelos conflitos de classe no Brasil. O corpo sempre foi onde todas as nossas violências, conflitos e injustiças buscaram se solucionar, e logo se inscrever. A ditadura-civil-militar apenas sistematizou isso, seguindo os caminhos abertos pelo longo processo de

escravização e subalternização de corpos, ou seja, desfrutando da máquina colonial, ela nela insere procedimentos e métodos concretos e simbólicos ainda hoje indelévels. Com isso ali ajusta a máquina colonial aos moldes dos estados necropolíticos liberais, criando um dispositivo que permanece e que alia, de forma brutal, a herança escravista da racialização dos corpos à herança militarizada da ditadura, onde feminizar corpos passou a ser o modo mais eficaz de produzir o seu abate físico, moral, psíquico ou existencial.

A violência sexual é parte dessa estrutura conjunta entre o colonial e o militarizado, fazendo com que o poder masculino, e a erotização mesma dessa relação entre corpos masculinizados e corpos feminizados dependa, em absoluto, da violência de um sobre a outra. A tortura se alia ao ato sexual, criando uma espécie de relação intrínseca entre os termos, e onde, nos dois casos, o corpo feminizado será *dissolvido* no corpo do outro.

Os corpos imemoriais

Agarrar a dor e narrar seus rastos é torná-la uma potência ativa de separação, de corte, e não o lugar da ladainha que lhe quiseram imputar, fechada no espaço privado, mesmo quando público, e sem testemunhas, da violência. Sob esse signo essa dor nunca é privada, no sentido de individual, ela é sempre a dobra entre o horizonte de um tempo e lugar e os corpos que nele vivem. Narrar a dor é uma das maneiras de postergar, ou de evitar a constante dissolução dos corpos

feminizados – sua aliança entre erotismo e violência. Trata-se de um exercício de contorno outro da própria anatomia (física e simbólica) do corpo da mulher. No entanto, essa tarefa impõe inúmeros desafios. Dentre eles estão o como tratar os apagamentos dos rastros comuns das dores, do corpo vivo da história, mas também os seus efeitos sobre os corpos imemoriais.

As gerações subsequentes às experiências dos ancestrais escravizados – originários ou afro-diaspóricos, assim como, no Brasil, dos filhos de presos políticos – continua habitando um espaço em grande parte imemorial. Preenhe de apagamentos, inundações, desaparecimentos, não enfrentamento. Base mesmo do inconsciente colonial, substrato profundo não apenas do que não lembramos, mas daquilo que não deixaram se inscrever como memória. Arquivos apagados e obliterados que, desse modo, convocam de novo e mais uma vez os nossos próprios corpos como arquivo de uma memória aniquilada.

Parte disso foi o que se teceu aqui, na busca pelas vozes e narrativas das mulheres torturadas, onde fui costurando um horizonte comum de sofrimento dos corpos feminizados, mas também buscando a compreensão dos efeitos dessa violência como sendo um contorno ou molde que se atrelou aos corpos. Buscando também aí perceber como os silêncios e silenciamentos dessas dores e violências se transferiram e se comportaram sobre o meu próprio corpo, como filha direta desse período.

Um elemento fundamental ainda a considerar é como esse apagamento longo do trabalho da dor, e a

saída impune dos trabalhadores da dor dificultam, para todos àqueles que continuaram vivendo nesse país, sem qualquer ruptura espaço-temporal com ele, reconhecer os limites daquilo que entendemos ser uma violência. No caso dos corpos feminizados, das filhas das mulheres que atravessaram tudo isso, eu diria, num gesto decerto muito pessoal, que essa impossibilidade de reconhecer mais claramente onde começa ou termina a violência do outro nos colocou, muitas vezes, num regime permanente de sombra, de esquiva, e muitas vezes de repetição desse modo aparentemente tão doce, e habilmente difundido, da ferocidade da matriz hetero cis patriarcal.

Quando se trata ainda da história das famílias que sobreviveram dentro do próprio país, após serem cassadas e perderem todos os direitos, trabalho, entre outros, a questão do silenciamento e do reconhecimento dos limites (onde começa e onde termina o Estado de violência? Ou de censura?) complica-se, tornando o ato da palavra um permanente e penoso exercício. A voz pública será sempre, nesse caso, um gesto difícil, oriundo de um processo extremamente doloroso, que destinou aos espaços de sombra a única possibilidade de sobreviver.

Uma carta para a minha mãe, e depois fim

Eu quisera ver em minha infância só a infância. E, no entanto, não posso.

M. Duras (2009, p. 311).

Gostaria de parar por aqui, ou ao menos de recomeçar outro texto. Como se fosse uma música, de notas tenras e graves. Soprada no ouvido do leitor. Uma pausa na violência do mundo. No esartejamento do corpo do próprio mundo. Ler cada um desses relatos de tortura, sobretudo os que constam no Capítulo 10 da CNV, que se destinava a narrar a “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes” (2013) foi me deixando, nos últimos três anos de pesquisa (para escrita de um romance auto ficcional e histórico ainda no prelo) habitada por um corpo de vozes indistintas. No meio delas também a sua voz, mãe. No centro delas. E logo por toda a casa.

Deixar-se habitar por vozes inaudíveis passou a ser o modo de acesso aos corpos imemoriais que sobrevivem no corpo vivo da nossa história. E em mim. Neles encontrei constantemente passagens estreitas, sua resistência a narrar aquilo que não “tem história”, e algo a partir daí se inscrevendo entre o som e a letra, numa espécie de balbúcio e de silêncio que, se não retrai, ao menos esburaca a rigidez fálica do ato de narrar. É um ritmo que muda. Pedindo maior lentidão, a tal disponibilidade poética de todos os sentidos, sem a qual essas vozes se tornariam opacas ou delirantes.

Foi mais ou menos assim que comecei a ouvir a sua voz, a princípio ofertada por uma história que desconhecia, como muitas outras, da minha primeira infância, não, aí ainda estava dentro da sua barriga. Você já havia falecido quando fomos eu, pai e um dos irmãos, com minha filha, visitar os parentes que

vivem em Nova Friburgo. Clara não conhecia nenhum deles, era final de 2017. Um dos tios, já bastante idoso, e sem me reconhecer, conta ao pai uma história sobre você, dizendo: – Você não se lembra? Cléa estava com uma barriga enorme daquela menina, a tua filha, como é mesmo o nome dela? E eu ali ao lado ouvia, entre a curiosidade e o espanto, ele contar como você esfregava o muro da nossa casa, onde também não tenho memória de ter vivido, e como meu pai, atônito, demonstrava desconhecer aquele acontecimento. Ele não podia se lembrar, nesse momento estava escondido, e nem você mesma sabia do seu paradeiro. Motivo também de sua prisão, grávida de mim. No entanto, o desconhecimento dele daquele episódio me fez imaginar que talvez não tenham podido, nem entre vocês, contar a quantidade de eventos e reviravoltas da vida atribulada que se iniciou com o Ato Institucional Número 5, quando meu pai, seu marido, João Kiffer Netto, então deputado no seu segundo mandato, e líder do Governo do Estado do Rio (capital Niterói) na Câmara dos Deputados, foi cassado e logo preso.

Sem saber, naquela noite, meu tio me ofertava o fio de todas essas vozes inaudíveis, a trilha dos corpos imemoriais, que continuariam comigo até o final de 2020, e ainda aqui e agora. O fiapo da sua lembrança desencadeou por fim o caminho da montagem que precisava fazer, dando nome e palavra não apenas aos silêncios, mas a essa espessura de uma infância sem infância, violentada por um saber sem saber da hostilidade do mundo, no caso, deste país.

Acordei assustada. Ainda era muito cedo. Fazia calor e a minha barriga pesava, enorme, já me incomodava. Fui olhar a rua, precisava de ar. Tomei um susto. De repente, senti uma pontada. Não era possível, sobre a nossa casa? As crianças acordariam. Veriam aquilo. Quem fez? Os vizinhos, o que pensariam? Era uma ameaça? Para onde iríamos? Já fazia algum tempo que íamos perdemos a rota. E que já não entendíamos qual rumo tomar. Agora aquilo ali. A mancha, mesmo apagando, ficaria por detrás. Tudo ficará ainda mais difícil. Desci as escadas da frente às pressas, chegando à calçada olhei atônita e paralisada para a nossa casa, para o seu muro, para as nossas vidas, para aquela criança que nasceria, nasceria? Em qual mundo? Já não era o mundo de antes. Olhei para o muro, tudo estava dito no muro. Um simples e banal muro. Parei. Outra pontada. Estava sozinha. Espera. O que fazer agora? Pense rápido Cléa, as crianças ainda estão dormindo. O pai delas. O pai delas. Não, ninguém sabe dele ainda. Faz apenas uma semana. Você vai encontrá-lo. Isso não pode continuar assim. Mas, e se atravessarem o muro? Como ficaremos dentro? Uma semana, sem nenhuma notícia. Você me disse que não seria assim. A minha barriga, essa criança, qual mundo? Duas outras lá dentro. Vou ser demitida, claro. Serei também presa? Meus filhos, você não vê, estou desesperada. Outra pontada. Pesa muito, faz calor. É fevereiro. O morro está em festa. Olhei o muro. Olhei para toda a nossa vida até ali, em poucos segundos. Tudo se desintegrava. A barriga pesava muito. Fazia calor. Corri pelos baldes. Panos e

buchas velhas. Ajoelhei com dificuldade. Ajoelhei e não pensei como me levantaria. Peguei a bucha, molhada. O trapo, o balde com água e sabão, e comecei a esfregar, sem parar. Sem mais pensar. Sem nunca mais pensar.

Era o muro. Tudo isso era apenas o muro. O muro da nossa vida. Sobre ele algumas letras. Letras que fazem desabar o muro. O muro da nossa vida. Esfregava-o sem parar. A espuma molhada na mão, e a água suja vertiam sobre a minha barriga, imensa. Seis meses. Verão. E o vermelho das letras pintadas misturava-se ao meu suor. A rua cheirava à samba. Antes mesmo do carnaval. O suor com cerveja e o odor da tinta vermelha nunca saíram do meu corpo. Entranhados na minha pele, ainda sinto a vergonha e o medo. Teriam visto? Era de manhã cedo. As crianças dormiam. Repito, as crianças dormiam. Repetia tudo, esfregava de novo. Repetia tudo pra ver se assim apagava, se assim acalmava. Repetia tudo, sozinha. Sem poder chorar, esfregava. A barriga pesava muito, o sol doía.

Braz chegou no exato momento em que tentava inutilmente me levantar. Veio nos visitar tão cedo, disse-lhe como se nada estranho estivera passando. Mas foi ele o primeiro a me ver daquele jeito. Com aquela cara. Não, nem eu sei, nem nunca saberei qual cara tinha. Apenas repetia, tenho que acabar com tudo antes que as crianças acordem. Que os vizinhos saiam para trabalhar. O muro. Se tivesse forças derrubaria o muro. Não aguentava mais os seus traços. Letras indeléveis. O muro da nossa vida.

O muro branco já não existia. Sabia desde aquele exato momento que nunca mais o veria. Mesmo depois de limpo. Mesmo ficando como o das outras casas. Mesmo depois de tudo. As letras vermelhas são indelévels. Imensas. Saltam do muro. Ganham vida, passeiam pelo bairro, a cidade, o país. O muro. Eu repetia, falava, e já nem ouvia as palavras saindo da minha boca. Braz também não me entendia. Eu esfregava, esfregava sem parar cada letra grafada sobre o muro da nossa casa. Ajoelhada, com o corpo pesado. Gorda, grávida de seis meses. Esfregava, esfregava. Pensava aonde você estaria. O meu amor. O elo perdido entre todos os muros da minha vida. Estava certa de que nada se apagaria, ou talvez tão só as nossas vidas. Sim, as nossas vidas talvez viessem a ser apagadas. E mesmo assim esfregava, esfregava, sob o custo de apagar a todos nós, decidi que esfregaria até a última gota vermelha, de tinta, de sangue, de vida. Tudo o que queria era apagar. Apagar todos os traços passados das nossas vidas.

*Quando acordei naquela manhã descobri que no muro da nossa casa estava escrito, em letras vermelhas, naquela manhã de 2 de dezembro 1968, estava escrito, em letras grandes e vermelhas, em letras inapagáveis, em tinta insolúvel, a frase, no muro de nossa casa, estava escrito: “aqui mora um comunista”.*⁸

Foi assim que comecei a escrever esse romance que me acompanhou de 2017 a 2020, por casas e

⁸ Todo esse trecho aqui destacado em itálico é parte do romance, em fase de revisão, escrito por mim de 2017 a 2020.

países diferentes, ouvindo as vozes de muitas mulheres torturadas, e conversando com você, mãe. Tentei sair da sua barriga, e entrar diferente no teu corpo, agora através da tua voz, que inventei, e creio, também ouvi, nos lugares remotos e imperceptíveis ao olho nu.

Abri uma brecha naquele muro e ali permaneci um longo tempo. Pensei em como os muros das casas onde viviam os judeus era escrito, identificando-os. Pensei quando caiu o muro de Berlim. Pensei no mundo de agora, quando estamos todos murados, encerrados. Olhei para a foto daquelas crianças congelando numa das fronteiras fechadas e muradas deste mundo de agora. Pensei por último em todos os muros que se ergueram entre nós, também.

A tarefa de escrever este breve artigo-ensaio me obrigou a pensar sobre tudo isso, e os muros voltaram. Percebi que se o muro permanece apagado, um conjunto dos arquivos afetivos de tudo o que vocês viveram também se apaga. E que aquele gesto doloroso e frenético, que você se desdobrou para conseguir fazer sobre aquele muro, da Rua Fagundes Varela, era agora o gesto que eu tinha que refazer ao contrário, colocando de novo as letras que dali foram apagadas.

No momento em que te ouvia, quando estava ainda escrevendo o romance, os relatos – aqui reunidos neste texto – das mulheres que contaram à CNV as torturas a elas infringidas eram sentidos por mim como uma espécie de matéria de tudo o que nunca soube, me dando um solo e um horizonte. Por onde podia por fim realizar, tornar palpável, a

violência que determinava a atmosfera da minha infância, impactando-a tão profundamente, mesmo sem que eu soubesse como. Esses relatos também me faziam também pensar na tua força e coragem, no fato de que você me teve. De que não fui abortada. Numa espécie de dor redobrada, mas também ali por descoberta, eu via algo. Chorei muitas vezes escrevendo ou lendo tudo aquilo.

Hoje, aqui, os relatos abriram uma outra perspectiva, que iam me afastando de você. Escrever este texto foi em parte deixar de te ouvir. Por isso também esta carta, imprópria aos textos acadêmicos, mas, para nós, necessária.

Fui me permitindo delinear o *modus operandi* dessa violência, que você viveu, e eu também, de alguma forma que desconheço. Mas por isso fui também me assenhorando dela, e de novo me afastando do teu corpo. Aqui já não são apenas as vozes que ouço, mas um outro corpo possível, de palavras, que vai se delineando para transformar o que sobre os nossos corpos insiste ainda silenciar. A localização física da tortura me permitiu dessa vez um olhar frio, uma espécie de necropsia, que possibilitou redesenhar outra anatomia sensível, me separando de violências históricas que nutriram o arcabouço de sua vida, minha mãe. Projetando-se sobre a minha própria vida, sem que muitas vezes pudesse entender exatamente de qual violência se tratava. Ou mesmo se era violência ou não o que vivia. De fato, entendo que a condição daqueles presos políticos que não puderam se exilar mostra desafios específicos a serem ainda compreendidos. O primeiro deles diz respeito a uma

espécie de linha de continuidade entre o antes e o depois, como se o muro que separa o Estado ditatorial do Estado protetor não existisse. Como aquele muro de nossa casa que você laboriosa e dolorosamente apagou. Após a prisão e a reconstrução financeira e laboral dessas vidas e famílias, da nossa vida e família, esses Estados, sem corte ou separação tornam-se o mesmo, obrigando a todos, a vocês e a nós que aqui permanecemos, um certo nível de identificação, e de submissão às regras vigentes. A extrema necessidade de normalização das vidas, dado que elas continuariam baixo o mesmo regime ditatorial, após a experiência traumática, imputa um estado permanente de naturalização da violência, dependente ele mesmo de uma autodesvalorização do vivido. Já não se trata somente do estado de repressão e do silenciamento do que foi vivido, mas uma espécie de diminuição do que foi a sua própria existência: ideais, sonhos, projetos, a própria personalidade do que você foi figuram no mesmo patamar de tudo o que é concreto e necessário – trabalho, dinheiro, comida, casa. Mas para que um exista outro deve ser suprimido. Nossa, quantas vezes vi você e o pai descreditando tudo o que passaram. Os sonhos, os desejos doravante diminuídos. Uma espécie de autodesvalorização permanente que, como um freio, vinha impedir a retomada da crença em vocês mesmos, e também em nós.

O entendimento dessa singularidade do “inxílio”⁹ é também o que me permite hoje retrair as

⁹ O termo inxílio foi criado pelo meu pai, para descrever aqui e ali traços dessa sobrevivência num espaço sempre hostil dentro de sua própria casa.

marcas do que foi vivido por mim sem memória ou lembrança. Também parte desse inconsciente colonial, que desenha um determinado corpo, que continua existindo mesmo que não saibamos como localizá-lo. Um modo de sentir numa sociedade extremamente racista e machista que apaga continuamente os seus rastros. Tudo isso que sempre intuía como algo muito próximo a mim, sensações repetidas de um descrédito recorrente.

Hoje, cada vez mais acredito que poderemos apostar juntas que os traços desse imemorial que você me deixou podem figurar como um novo desenho de corpos porvir. Sementes que vão germinar novos contornos. Imaginando de outra maneira o poder e o político, desejando outros modos de relação, reinventando o meu próprio corpo, refazendo a possibilidade da infância. Envelhecer, sob esse prisma, é mesmo um caminho profícuo para se reinventar os tempos, mãe.

Obrigada, com amor, tua filha, Ana.

Referências bibliográficas

- AHMED, Sarah. *La política cultural de las emociones*. Trad. Cecilia Mansuy. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México/Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Trad. Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

- DURAS, Marguerite. *Cadernos da guerra e outros textos*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- FANON, Frantz. *Oeuvres*. Paris: La Découverte, 2011.
- KIFFER, Ana. Só quando escrevo tenho um corpo. In: AZEVEDO, Beatriz (Org.). *Poetas contemporâneas do Brasil*. São Paulo: P-o-e-s-i-a; UNICAMP, 2021.
- KIFFER, Ana. O Brasil é uma heterotopia. São Paulo: N-1, 2020. (Coleção Pandemia Crítica).
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l'horreur: essais sur l'abjection*. Paris: Seuil, 1983.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Politiques de L'Inimitié*. Paris: La Découverte, 2016.
- VERGÈS, Françoise. *Une théorie féministe de la violence: pour une politique antiraciste de la protection*. Paris: La Fabrique, 2020.

Recebido em 15/11/2021
Aceito em 17/01/2021

ⁱ **Ana Kiffer** é Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio e em Estudos Contemporâneos das Artes – UFF, Cientista do Estado – FAPERJ, 2019. Bolsista de Produtividade do CNPq. **E-mail:** anakiffer@gmail.com ; <https://anakiffer.com/>